

Regulamentar já, propõe Ulysses

Ele pede aos líderes esforço concentrado para viabilizar a Carta

Com o objetivo de agilizar a regulamentação de alguns dispositivos de grande alcance social contidos na nova Constituição, o deputado Ulysses Guimarães admitiu ontem a possibilidade de convocação de um esforço concentrado do Congresso Nacional nos próximos dias. Para discutir o assunto, ele reunirá os líderes de todos os partidos logo após a promulgação da Carta.

Entre os quase 200 dispositivos pendentes de regulamentação, segundo Ulysses, existem cerca de 30 a 40 considerados prioritários pelos benefícios sociais que provocarão. "Estamos estimulando os constituintes a apresentarem esses projetos e a matéria-prima já está surgindo. Agora, o que não podemos fazer é ignorar a iminência das eleições, daí a necessidade de compatibilizarmos as atividades partidárias com as parlamentares", disse o

deputado. Em termos gerais, a sua idéia é convocar sucessivos esforços concentrados até 15 dias antes da eleição municipal.

O presidente da Constituinte lembrou, ainda, a necessidade de adaptar o regimento interno das duas Casas às prerrogativas devolvidas ao Legislativo pela nova Carta. Esta tarefa, a seu ver, deve inclusive preceder as regulamentações.

Quanto aos decretos-leis em vigor, Ulysses confirmou que eles continuarão valendo até seis meses após a promulgação da Constituição. E este prazo — que ele considera "bastante razoável" — que o Congresso terá para apreciá-los. Se caíssem automaticamente no dia 5, segundo o deputado, os trabalhadores é que sairiam prejudicados com a revogação, entre outros, do decreto que institui a URP.

JÚLIO ALCANTARA



ANC 88
Pasta 01 a 04
Outubro/88
069

Ulysses propõe novo esforço concentrado para regulamentar 30 ou 40 itens ainda antes das eleições

Antecipação não agrada

O deputado Ulysses Guimarães recomendou ao Governo que aguarde a promulgação da nova Constituição para baixar medidas visando à antecipar os seus efeitos. Como qualquer segmento interessado, de acordo com o presidente da Constituinte, o Governo tem "todo o direito" de realizar estudos sobre o alcance da nova Carta. "A prudência indica, contudo, que os atos concretos sejam deixados para depois do dia 5, quando o Congresso estará reinvestido em suas prerrogativas e poderá apreciá-los", completou.

Indagado sobre a reformulação do Conselho de Segurança Nacional e do SNI, sobre a recente onda de concessões de canais de rádio e televisão, além de no-

meações vetadas pela nova Carta, Ulysses alegou não estar informado desses fatos devido às suas ocupações com a Constituinte. Garantiu, porém, que se estiverem ocorrendo práticas ilegais por parte do Governo o Congresso terá todas as condições de após a promulgação da Carta, apurá-las e puni-las.

"Mas é preciso saber se há realmente ilegalidade, pois a atual Constituição ainda está em vigor", ponderou o deputado. Ele aproveitou para lembrar a declaração do presidente Sarney, endossada anteontem pelo ministro da Justiça, no sentido de que o Governo cumprirá à risca o futuro texto constitucional, "mesmo discordando de alguns de seus dispositivos".

Promulgação não terá estrelas de fora

As estrelas da democracia europeia Felipe Gonzalez, primeiro-ministro da Espanha, Cavaco Silva, primeiro-ministro de Portugal, e François Mitterrand, presidente da França, não prestigiarão o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, na festa de promulgação da nova Constituição, amanhã. Esta expectativa está definitivamente sepultada, sendo que até a tarde de ontem, pouco mais da metade dos 39 presidentes de parlamentos de todo o mundo haviam confirmado o atendimento aos convites expedidos pela Mesa da Constituinte.

O presidente Ulysses Guimarães não convidou oficialmente nenhum presidente ou primeiro-ministro

de outros países, mas havia uma remota possibilidade de que fosse prestigiado com a presença de Gonzalez, Cavaco Silva e Mitterrand. Dos presidentes de Parlanetos estrangeiros que estarão presentes, o nome mais familiar é o do presidente da Assembleia da República de Portugal, Victor Crespo, escolhido para discursar em nome das autoridades estrangeiras presentes à cerimônia de promulgação. O **speaker** da Câmara norte-americana, Jim Wright, não poderá vir devido à campanha eleitoral, sendo substituído por uma delegação de representantes estaduais.

Os 39 convidados estrangeiros serão instalados em apartamentos **standard** no

Hotel Nacional de Brasília, já que foi descartada a idéia de hospedá-los no Palácio Jaburu, residência oficial do vice-presidente da República. O presidente Ulysses Guimarães não foi simpático à idéia, porque as autoridades estrangeiras são convidadas do Legislativo e o imóvel pertence ao Executivo.

Durante os três dias que permanecerem em Brasília, os representantes das delegações estrangeiras serão ciceroneados e recepcionados por 15 recepcionistas contratadas pela Mesa da Constituinte junto à Fundação Cabo Frio. As recepcionistas bilingües receberão os convidados já no aeroporto, acompanhando-os ao Hotel Nacional e posteriormente

às dependências do Congresso Nacional. Ficará a cargo da Constituinte o pagamento das diárias no Hotel Nacional somente para convidados estrangeiros.

Logo cedo os convidados do presidente Ulysses Guimarães lhe farão uma visita no Congresso Nacional, seguindo com as recepcionistas para rápido tour pela Câmara e Senado. Retornam ao hotel para o almoço e às 15 horas ocupam as cadeiras numeradas nas galerias do plenário para assistirem à solenidade de promulgação da Constituição. Por motivo de segurança, o diretor legislativo da Câmara, Hélio Duque, pediu que a imprensa não divulgasse a numeração das cadeiras com os respectivos ocupantes.

Drible a correspondentes

Jornalistas dos principais órgãos de comunicação do País, além de diversos correspondentes estrangeiros, compareceram ontem pela manhã ao plenário do Senado para a entrevista coletiva convocada pelo deputado Ulysses Guimarães. O presidente da Constituinte e virtual candidato do PMDB ao Palácio do Planalto gastou cerca de uma hora e meia para responder a 25 perguntas sobre os mais diversos assuntos.

Apesar da insistência dos repórteres, Ulysses conseguiu driblar todas as perguntas que o colocavam na condição de candidato à sucessão de Sarney. Mineiramente, escapou também de qualquer definição a respeito do relacionamento do seu partido com o Governo. Mas não deixou de reafirmar a disposição de aceitar a disputa pela Presidência, caso o PMDB o indique candidato. Neste caso, nem a idade (72 anos no próximo dia 6) será obstáculo para ele: "Se eu fosse candidato a ir a Seul, não teria condições mesmo. Mas a idade não me impede de subir a rampa (do Planalto)", brincou Ulysses, depois de elogiar outros políticos idosos como o presidente François Mitterrand.

Em sua entrevista, o deputado paulista fez uma defesa apaixonada da nova Constituição. Não chegou a criticar diretamente o Governo pelas medidas que vem tomando para antecipar-se à futura Carta, mas deixou claro que o Congresso terá poderes para revogá-las e emitiu o seguinte recado: "Pode-se até discordar da Constituição, mas não se pode

diência é fundamental para a própria sobrevivência da democracia".

Respondendo à pergunta de um correspondente estrangeiro, Ulysses afastou o risco de nova intervenção militar, ao fazer uma declaração de fé na consolidação do poder civil. Segundo ele, a sociedade está consciente de que o caminho do Brasil é a democracia, depois de conviver por vinte anos com o regime autoritário.

Mas não foi só de política que Ulysses falou em sua coletiva. Na economia, deixou a mineirice de lado para responder objetivamente às indagações. Declarou, por exemplo, que a dívida externa é impagável, que o receituário do FMI não serve para o Brasil e que os países devedores devem se unir na busca de alternativas comuns. A inflação, na opinião dele, é o grande mal a ser enfrentado — e com todo o rigor possível. Além disso, reagiu à acusação de um correspondente alemão segundo o qual a Constituinte teria imposto restrições ao capital estrangeiro: "O objetivo dos constituintes não foi afugentar a poupança estrangeira, mas proteger o empresário nacional", explicou.

Uma hora e meia depois de ter chegado ao plenário do Senado, o deputado Ulysses Guimarães despediu-se da imprensa alegando outros compromissos anteriormente assumidos. Ao longo da entrevista, fez uma exposição inicial e respondeu a 25 perguntas — uma por cada órgão de comunicação, todas por escrito e sem direito a ré-